

# NOSTALGIA DA LUZ: GÊNERO E MEMÓRIA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA DE PATRICIO GUZMÁN E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

## *NOSTALGIA FOR THE LIGHT: GENDER AND MEMORY IN THE HISTORICAL PERSPECTIVE OF PATRICIO GUZMÁN AND THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP*

**Stephano Evaristo Cezar<sup>1</sup>**  
**Bruno Barros<sup>2</sup>**  
**Luiz Fernando<sup>3</sup>**

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar a obra "Nostalgia da Luz" de Patricio Guzmán e relacioná-la com conceitos de memória e gênero utilizando registros históricos da ditadura militar no Brasil. A metodologia utilizada é qualitativa e busca uma análise detalhada do documentário, e em seguida, compará-la com o "Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos desde 1964". As comparações entre as fontes permitiram identificar diferenças e semelhanças nas representações de memória e gênero.

**Palavras-chave:** ditadura; memória; gênero; cinema.

### **Abstract**

The objective of this article is to analyze the work "Nostalgia da Luz" by Patricio Guzmán and relate it to concepts of memory and gender using historical records of the military dictatorship in Brazil. The methodology used is qualitative and seeks a detailed analysis of the documentary, and then compares it with the "Dossier of political dead and disappeared since 1964". Comparisons between sources made it possible to identify differences and similarities in the representations of memory and gender.

**Key-words:** dictatorship; memory; gender; movie theater

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela UFMG, stephano.evaristo@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando em História pela UFMG, brunozsbarros@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em História pela UFMG, luiz.ferodri@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A beleza do estudo da astronomia – com suas imagens de galáxias, planetas e astros – contrasta fortemente com as imagens e histórias da terrível e dolorosa ditadura de Pinochet no Chile. O diretor de cinema Patricio Guzmán realiza essa transição de temas com maestria em sua obra cinematográfica *Nostalgia da Luz*. Inicialmente, seu documentário aborda o conceito de presente e passado através da astronomia. Em uma transição abrupta, o telespectador é confrontado com a realidade dos campos de concentração da ditadura chilena de Pinochet.

O filme narra a história de mulheres que buscam os corpos de seus entes queridos no deserto – irmãos, maridos, pais, entre outros perseguidos e mortos durante a ditadura. Elas compartilham suas experiências de busca, movidas pela esperança. Também são mostrados os corpos encontrados que não foram reconhecidos ou reclamados pelas famílias, armazenados de forma fria em galpões.

Retornando ao tema da astronomia, Guzmán apresenta a vida de uma filha de pais perseguidos e mortos pela ditadura, que, assim como seus pais e avós, possui um interesse profundo pela astronomia. Nesse sentido, este trabalho se propõe a relacionar a obra de Guzmán com os conceitos de "Gênero" e "Memória", analisando a partir de uma perspectiva histórica. Ademais, será feita uma relação com o documento "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964", que aborda os efeitos da Ditadura Militar de 1964 no Brasil.

Para relacionar o conceito de gênero à obra em questão, é possível trazer as propostas de Pedro (2005), que trata do uso da categoria de gênero na pesquisa histórica, permitindo que a História seja contada também através da percepção das mulheres. Ao aplicar esse tema ao contexto da ditadura chilena, surgem questionamentos que vão além do mostrado no documentário. Nele, vemos o sofrimento das mulheres que buscam os corpos de seus entes queridos no deserto do Atacama. No entanto, é pertinente refletir sobre como essa situação afetou psicologicamente uma geração de mulheres que lidavam constantemente com esses desaparecimentos em suas vidas pessoais. Afinal, houve uma ruptura no conceito de família, com parte dela desaparecida e possivelmente morta.

Além do impacto emocional, é relevante analisar a questão econômica dessas

mulheres, já que, em uma sociedade patriarcal, o homem frequentemente é o principal provedor de renda. Essas questões, muitas vezes ignoradas por abordagens históricas tradicionais, ganham relevância com a obra de Beauvoir, que afirma que "o pessoal é político". Para a cientista política Máriam Martínez-Bascuñán, essa frase significa que "qualquer prática social é suscetível de se tornar um tema adequado para reflexão, discussão e expressão públicas" (MARTÍNEZ-BASCUÑÁN, 2022).

Dessa forma, esse debate torna-se pertinente ao analisar a história sob a ótica de gênero. Podemos levantar questões sobre como a ditadura afetou as mulheres na época, o impacto que teve na data da criação do documentário – evidenciado pelas mulheres que ainda buscam os corpos – e como influencia a formação de novas famílias, exemplificado nas cenas finais em que uma jovem lida com a construção de sua própria família.

A metodologia utilizada é qualitativa e envolve a análise de documentos e filmes. Primeiramente, será realizada uma análise detalhada do documentário "Nostalgia da Luz", focando nas técnicas cinematográficas e nas narrativas apresentadas. Em seguida, os dados serão comparados com o "Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos desde 1964", utilizando uma abordagem historiográfica para contextualizar e interpretar os dados. As comparações entre as duas fontes permitirão identificar paralelos e divergências nas representações de memória e gênero. Assim, é esperado que este estudo melhore a compreensão da interseção entre os temas, enfatizando a importância de narrativas históricas diversificadas e inclusivas.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A pesquisa de Reinaldo Cardenuto (2017) é fundamental para nossa revisão bibliográfica, pois explora como a arte reflete e influencia a história.. Ele enfatiza a arte como um meio pelo qual a memória coletiva e individual pode ser mediada, especialmente em ambientes dominadores. Reinaldo examina a interseção entre gênero e memória na arte, demonstrando como as representações artísticas desafiam normas de gênero e oferecem novas perspectivas sobre grupos marginalizados. Ele destaca a função social e política da arte ao examinar obras sobre a Ditadura Militar no Brasil. Nossa análise de "Nostalgia da Luz" depende dessa base teórica, pois nos

ajuda a entender melhor as relações entre arte, memória e gênero no documentário de Guzmán.

Em análises de períodos ditatoriais como foi o do Chile no período Pinochet e do Brasil nos governos militares é imprescindível destacar a importância da memória, uma vez que esta corre constante risco de ser excluída da contemporaneidade por diversas forças conservadoras. Obras de diferentes categorias auxiliam na compreensão do tema delimitado, e se tratando de gênero a pesquisa de Joana Maria Pedro (2005) intitulada “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, é fundamental para analisarmos o Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar do Brasil. Os dados que o Dossiê apresenta são impactantes e nos contam diversas histórias e trajetórias diferentes que foram ceifadas pelos militares, a interpretação desses dados são primordiais nesse trabalho e auxiliam na revisão bibliográfica.

Rachel McClintock na introdução de “Couro Imperial” aponta que a transmissão do poder masculino branco através do controle das mulheres colonizadas é um dos temas dominantes do imperialismo ocidental. Nesse sentido, o trauma narrado historicamente pelas vítimas mulheres, ou por suas descendentes, demonstra que uma matiz de subjetividades antes não lida, antes não ouvida, ou não compartilhada, torna-se enfim indispensável para a restauração de um enraizamento de memórias. (MCCLINTOCK,2010)

Durante certos períodos, como épocas de transmissão de regimes, tem sido característica dos relatos e testemunhos de vítimas dar vazão e sonoridade às categorias de gênero, raça e classe. Por consequência, tais incursões memoriais demonstram a relevância de resgatar histórias e situá-las em intersecção, ou, por outras palavras, relacionando-as umas através das outras em iluminação recíproca. (SARLO, 2007)

## **NOSTALGIA DA LUZ**

Em meio a galáxias, constelações e poeiras estelares, através de uma montagem rítmica que transmite uma contemplação enigmática e reflexiva, Patricio Guzmán em seu filme-ensaio também explora a questão da memória a partir das

camadas da história chilena. Tão impactante quanto as histórias abordadas é a reflexão sobre memória e esquecimento que o filme provoca. Nesse sentido, é possível entender a memória como um conhecimento do passado guiado pelo presente; este conhecimento bebe das lembranças individuais, mas também de jogos de poder e interesses, que nem sempre passam por uma pesquisa crítica das fontes. Normalmente, a memória glorifica ou demoniza partes do passado que ela deseja lembrar, carregando julgamentos morais sobre os eventos, os quais podem mudar com os anos conforme os interesses e disputas atuais. Reinhart Koselleck (2006) observa que as questões contemporâneas sempre estruturam o passado. Este, por sua vez, é organizado com base nas categorias do presente, numa dialética onde a experiência é vista como um passado presente, no qual os eventos são assimilados e podem ser lembrados. "Nostalgia da Luz" desenvolve-se nessa dialética entre passado e presente, que permeia toda a narrativa do documentário. Assim, a memória tem um elemento afetivo muito forte; o acontecimento lembrado é expressado de forma narrativa, tornando-se um meio pelo qual o sujeito constroi um sentido do próprio passado. Uma memória que vira um relato comunicável com um mínimo de coerência transforma-se em um discurso.

Dentro dessa perspectiva, Guzmán explora com sua câmera o que os olhos podem ver e o que está além dos olhos, juntamente com a questão da não permanência, onde tudo muda, mas as camadas permanecem. Nessas camadas, o cineasta aborda a memória como reconhecimento, uma capacidade de cada indivíduo se identificar através de sua memória. Por exemplo, quando ele nos mostra o Campo de Mineração de Chacabuco, construído no século XIX para os mineiros viverem, e que durante a ditadura chilena foi utilizado pelos militares como campo de concentração, Guzmán argumenta que as forças de segurança chilenas não precisaram construir seu próprio Auschwitz, pois ele já existia. O cineasta chileno estabelece uma impressionante analogia entre o trabalho dos astrônomos e dos arqueólogos. Quem poderia imaginar que no Deserto do Atacama se encontrariam astrônomos e parentes procurando os restos de seus desaparecidos?

A história das mulheres procurando ossos estilhaçados dos desaparecidos nos faz refletir sobre a questão do esquecimento. Em *Nostalgia pela Luz*, aprendemos que os parentes dos desaparecidos estão à margem da sociedade chilena; eles se consideram leprosos do Chile. A sociedade chilena não foi capaz de entendê-los; eles

representam o que ninguém quer lembrar. As mulheres do deserto representam o dever de não esquecer, mas ao mesmo tempo, junto com esse dever, existe uma incapacidade de narrar tudo. Não conseguimos nos vincular suficientemente a esses fatos, constantemente terríveis e dramáticos, que impactam profundamente a vida das pessoas. Com isso, existe a prática do esquecimento que envolve, muitas vezes, a dimensão da verdade e da justiça, especialmente quando se pensa no esquecimento como uma questão política, como é o caso do filme *Nostalgia pela Luz*, que aborda o apagamento dos crimes de Estado.

Quando pensamos na atualidade, percebemos que os acontecimentos que vivemos envolvem situações específicas que nos conectam ao tema da memória. Como será o entendimento do futuro a partir dessa conexão com esses temas e com nossa própria realidade? Se tentarmos pensar na época que estamos vivendo e olhar para o futuro próximo, quais serão as lembranças que teremos dessa conjuntura de negacionismo e como nos relacionaremos com os fatos que estão ocorrendo agora? Seremos capazes de narrar todos esses acontecimentos?

Sempre pensamos a história como algo do passado, mas a conexão entre memória, história e esquecimento é contínua. Ao mesmo tempo em que vivemos o embate desse jogo de narrativas – que envolve a capacidade de alguém fazer prevalecer seu discurso –, temos que reconhecer, com o passar do tempo, o que deixamos para trás e o que permanece.

## **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Ao longo dos casos de repressão política e regimes autoritários, alguns acervos e fontes históricas se destacaram, enquanto outros foram censurados e reprimidos. Na ditadura brasileira, similarmente aos seus vizinhos sul-americanos, inúmeras fontes se perderam e muitas histórias nunca foram contadas. O Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Grupo Tortura Nunca Mais dos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco colaboraram para criar o "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964". A publicação do documento coincidiu com a promulgação da Lei 9.140/1995, de 4 de

dezembro de 1995. Ambos representaram um renascimento da verdade e da esperança após anos de luta no Congresso Nacional. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi criada pela lei para fornecer apoio moral e financeiro aos familiares dos desaparecidos. A lista divulgada pelo dossiê, que também revelou histórias que o Estado havia escondido por anos, incluiu muitos dos nomes recompensados.

A admissão pública da culpa foi o primeiro passo em direção à verdade: "O Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pelo sequestro, prisão, tortura, desaparecimento forçado e morte de todas essas pessoas." (ROTTA, 2008, p. 193). Além disso, concordou em condenar as violações dos direitos humanos praticadas pela ditadura militar, como afirma Vera Rotta (ROTTA, 2008). No dossiê estavam listados os nomes de 136 desaparecidos políticos que o Estado declarou mortos após a publicação do documento e a adoção da Lei 9.140/1995. Posteriormente, foram admitidas as mortes por tortura disfarçadas como acidentes e fugas da prisão. Os casos que a CEMDP examinou e julgou foram baseados no dossiê e nos depoimentos de outros presos políticos e seus familiares. "Caso a caso, as farsas montadas pela ditadura foram desnudadas" (ROTTA, 2008, p. 194). De acordo com o ensaio de Fábio Maia e Gustavo Siqueira, além de seus efeitos práticos, o documento ofereceu esperança de que a verdade fosse revelada: "O Dossiê relata, pormenorizadamente, o histórico desses personagens até então desconhecidos da história recente brasileira, assumindo assim sua responsabilidade e reparando tanto material quanto simbolicamente as vítimas" (MAIA, SIQUEIRA, 2012, p. 9).

Desde o início, seu objetivo era trazer verdade, reparação e conforto. Isso desencadeou a criação de outros dossiês e da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei 12.528/2011 em 16 de maio de 2012. A CNV foi responsabilizada pela revelação da verdade em vários casos encobertos. A exposição da realidade finalmente honrou muitos nomes, que foram inicialmente identificados pelo "Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964". O documento está organizado em partes introdutórias, cinco capítulos dedicados a casos conhecidos de vítimas do regime militar e anexos com fotos. Embora muitos atestados de óbito fornecidos não sejam fontes confiáveis, o capítulo "Mortes Oficiais" trata de vítimas cuja morte foi oficialmente declarada pelo regime militar. O capítulo "Outras Mortes" cobre as mortes que ocorreram durante a repressão militar entre 1964 e 1979, com sequelas de tortura, suicídio ou acidentes. O tópico "Mortes no Exílio" trata dos casos de exilados que

morreram longe de seu país natal. Os capítulos sobre desaparecidos listam as vítimas em ordem alfabética, com aquelas que os funcionários do dossiê acreditam ter sido presas ou assassinadas pelos órgãos repressores.

Nos textos introdutórios, a ideia de avanço no processo de redemocratização brasileira e a construção de um país mais justo, por meio do reconhecimento das vítimas do regime militar, é fortemente presente. É essencial que os acontecimentos do passado sejam expostos e de conhecimento geral, devolvendo a identidade às vítimas desse período. Homens, mulheres, líderes políticos e estudantes, sindicalistas, trabalhadores do campo, funcionários públicos e outras pessoas foram perseguidas durante a Ditadura Militar. Tendo isso em vista, esses tempos sombrios não devem ser apagados da história brasileira, evitando que se repitam no futuro. No entanto, mesmo com a Lei da Anistia de 1979, muitos familiares dos desaparecidos e mortos políticos não obtiveram respostas, nem sequer um atestado de óbito para saber o que aconteceu com seus parentes ou conhecidos.

Um caso importante de ser citado do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, é o de Maria Regina Marcondes Pinto. Nascida em 17 de julho de 1946, filha de Benedito Rodrigues e Iracy Ivette, ela é dada como desaparecida desde 1976, quando tinha 29 anos de idade.

Maria Regina trabalhava como bancária e fazia curso noturno de Ciências Sociais em São Paulo. Entre 1969 e 1970, viajou para Paris, onde se encontrou com seu companheiro, Emir Sader, que se mudou para França em decorrência da perseguição política sofrida no Brasil. Após 6 meses na capital francesa, ambos foram para Santiago, no Chile, onde Maria Regina passou a integrar o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR), e voltou a São Paulo 3 ou 4 vezes para visitar a família. Com o golpe contra Salvador Allende, ela foi detida na Comisaría de Policía de Ñuñoa, em Santiago do Chile, nesse período esteve presa no Estadio Nacional. Conseguindo se libertar, veio para o Brasil onde permaneceu por seis meses antes de ir para Buenos Aires.

Lá, em 10 de Abril de 1976, Maria Regina foi encontrar-se com Edgardo Enriquez, filho do ex-ministro da Educação do Governo Allende e ligado ao MIR. Os dois nunca mais foram vistos, houveram comentários de que ela teria sido vista num presídio de mulheres, as informações dizem que ela foi levada para as autoridades do governo

Pinochet, já sofrendo perturbações de ordem psiquiátrica, e estaria internada em uma clínica psiquiátrica de Santiago, onde também não foi encontrada.

Em sua pesquisa, Joana Maria Pedro (2005) nos diz que “entrar para a história” tem sido um valor disputado, e os personagens que aparecem nesse quesito são em sua enorme maioria do gênero masculino. Então, mesmo participando dos esforços pelo fim dos governos ditatoriais, a história tradicional do século XX se esquece do papel do gênero feminino, ou por vezes, não as dão a visibilidade merecida.

O caso de Maria Regina Marcondes Pinto, é mais uma das exceções que comprovam a regra, e a sua trajetória, de certa forma se entrelaça com as mulheres presentes no documentário “Nostalgia da Luz”, mulheres estas que Guzman nos apresenta como personagens principais da narrativa e detentoras da difícil missão de preservar a memória por meio da procura dos restos mortais de seus entes queridos. O gênero feminino aparece nas duas ocasiões como integrante de lutas diferentes mas que se completam, Maria Regina não teve suas atividades cotidianas ligadas a casa e ao privado, como era e ainda é erroneamente comum associar ao gênero feminino, muito pelo contrário, ela lutou contra essa perspectiva e contra regimes que mataram centenas de pessoas tanto no Brasil, como no Chile.

Dessa forma, pensar historicamente o gênero, nos ajuda a compreender e resgatar trajetórias perdidas ou esquecidas que foram e são cruciais para a construção da memória.

## **CONCLUSÃO**

A partir da análise feita nesta pesquisa podemos concluir que as intersecções entre os conceitos de memória e gênero perante a pesquisa historiográfica sobre regimes ditatoriais na América Latina pode servir de catalisador para a escrita de História(s).

A obra de Guzmán “Nostalgia da Luz” pode ser caracterizada pela tentativa de aproximar pólos distantes, resignificando os interstícios entre os vivos e os mortos. Há nesse mesmo movimento uma aproximação entre campos de pesquisa distintos: a História e a Arqueologia. O paralelo traçado entre a História a ser escrita, contada e narrada pelos vivos e a Arqueologia que busca dar significado aos ecos e vestígios de

civilizações mortas, traduz em si uma potência: o sobrepeso dos aspectos positivos do resgate de memórias e fatos que faz parte da dinâmica de disputa no “entrar para a História”. Contudo, tal resgate implica que tanto o público quanto o historiador encarem um passado doloroso e sensível.

Conforme a proposta aqui estabelecida, o elo entre gênero e memória permite traçar melhor os contornos do complexo sistema de documentação de eventos traumáticos. Os exemplos da Ditadura Chilena e Brasileira complementam-se na medida em que lidos e interpretados sob a perspectiva crítica de encarar o trabalho de pesquisa e resgate historiográfico como atividade capaz de transformar a realização do passado no presente, bem como do presente no passado. Podemos então sintetizar o seguinte, que o "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964", a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a Lei 9.140/1995 e também o diretor de documentários são capazes de compor juntamente um modo de fazer História disruptivo e essencial para que os silêncios e esquecimentos possam ser desvelados. Algo que ocorre ainda em épocas e em espaços ocupados por sujeitos que ainda sofrem com as repercussões e consequências das ditaduras na América Latina.

Surge, portanto, nas sendas deste artigo, uma articulação de fazeres historiográficos que analisam à contrapelo as narrativas e os discursos da disciplina da História. A busca pela verdade está inexoravelmente permeada pela necessidade de uma memória justa acerca de episódios traumatizantes. Podemos, assim, concluir que o vislumbre de casos como o de Maria Regina Marcondes Pinto dão maior significado para o quanto a marginalização de mulheres incide no texto historiográfico hegemônico tradicional. Nesse sentido, é simbólica a aproximação entre as mães e viúvas de desaparecidos no filme “Nostalgia da Luz” e o trabalho da Astronomia. Concluímos que narrar a história das atrocidades cometidas durante governos ditatoriais perpassa pela necessidade de ocupar os interstícios e as lacunas da história com nomes, corpos, detalhes e rostos na justa causa de ressignificar os nem sempre inevitáveis esquecimentos e silêncios da historiografia.

## REFERÊNCIAS

CARDENUTO, Reinaldo. Ser cineasta, ser historiador: Patricio Guzmán entre as memórias e a nostalgia da luz. In: LUDMER, Luis (org.). **Paixão de Memória: Patricio Guzmán**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2017, p. 36-45.

DUTRA, Eliana de Freitas. A memória em três atos. Deslocamentos interdisciplinares. **Revista USP**. São Paulo, n. 98, p. 69-86, jun-ago. 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. [Tradução de Beatriz Sidou]. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

MAIA, F. F.; SIQUEIRA, G. A Construção Da Memória Com Verdade Na Transição Brasileira. In: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. (Org.). **E56a Encontro Nacional do CONPEDI**, 2012, Uberlândia, MG. Anais do [Recurso eletrônico] XXI Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012, v. 1, p. 11935-11965.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

MARTÍNEZ-BASCUÑÁN, Máriam. O feminismo que nasceu com Simone de Beauvoir.

**El País Brasil**, 07 Jul. 2019. Cultura. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/cultura/1562337766\\_757567.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/cultura/1562337766_757567.html)>. Acesso em: 10 Jan. 2022.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo, v.24, n.1, p. 77-98, 2005.

ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, p. 193-200, jul/dez 2008.

RIBEIRO NETO, Míria; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Silêncio e Luto Impossível em Famílias de Desaparecidos Políticos Brasileiros. **Psicologia e Sociedade**. N.24. 2012. p. 66-74.

BOSI. Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo: TA Queiroz, 1979.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** Beatriz Sarlo; tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras;

Belo Horizonte: UFMG, 2007.